



ENSINO DE LITERATURA E ESCOLA: POR QUE HISTORICIZAÇÃO?

Larissa Cristina Viana Lopes

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

larissinhafontes@gmail.com

Gabriela de Oliveira Godeiro

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

gabriela_godeiro@hotmail.com

Maria Gorete Paulo Torres

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

goretetorres@hotmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo discutir sobre a historicização presente no ensino de literatura na Educação Básica. Para isso, esta pesquisa, de caráter bibliográfico, está pautada em discussões acerca da literatura como um direito humano que auxilia na constituição de sujeitos, o ensino de literatura na escola e a literatura constituída como disciplina escolar. No contexto destas leituras, entendemos que a literatura como disciplina foi instituída já num viés voltado para a história, pois chegou às escolas para inculcar nacionalidade aos educandos brasileiros. Assim, presumimos que é preciso repensar a perspectiva historicista da relação literatura/ensino que tem perdurado na Educação Básica, para que a literatura cumpra seu papel humanizador e interfira de modo positivamente significativo na ampliação da consciência crítica dos cidadãos que a escola deseja formar.

Palavras-chave: ensino de literatura; formação de leitores; Educação Básica.

INTRODUÇÃO

A literatura é um direito humano que auxilia na formação de sujeitos sociais ativos no parâmetro sob o qual se organizam. Todavia, nem todos têm acesso aos textos literários, por segregação ou mesmo desconhecimento, e a escola, por isso, deve mudar os rumos do ensino de literatura para cumprir seu objetivo de formar leitores (CANDIDO, 1995; COSSON, 2006).

Dentro deste viés, este artigo objetiva discutir sobre o ensino de literatura na Educação Básica, a começar pela perspectiva humanizadora até chegar à constituição da Literatura como disciplina escolar. Nossa finalidade é compreender se as características da



relação literatura/ensino têm associação com o percurso percorrido para a chegada da Literatura à escola básica.

Nosso trabalho se compõe de três partes: na primeira delas, discutimos sobre as contribuições da literatura na formação de sujeitos sociais; na segunda, arrazoamos sobre o ensino de literatura na Educação Básica; na última, tecemos sobre como a Literatura foi constituída disciplina na escola, para, por fim, trazermos nossas ponderações acerca das discussões.

Literatura e formação de sujeitos sociais

A linguagem, para Cosson (2006), é algo que deve ser exercitado, pois ela traduz aquilo que o mundo é para nós, ela é a expressão da matéria constitutiva do mundo. O nosso mundo é, dessa forma, constituído através das palavras por meio das quais as criações do homem se definem e afirmamos valores. Neste uso de palavras, o autor dá destaque à escrita por ser “um dos mais poderosos instrumentos de libertação das limitações físicas do ser humano” (p. 16), considerando que todas as transações da sociedade letrada passam de alguma maneira, pela escrita e esta localiza na literatura seu exercício mais completo: “Por essa exploração, o dizer o mundo (re)construído pela força da palavra, que é a literatura, revela-se como uma prática fundamental para a constituição de um sujeito da escrita” (p. 16).

Exercitar a leitura e a escrita de textos literários é, então, uma aplicação da arbitrariedade das normas que nos são impostas através do padrão contido nos discursos da sociedade dita letrada e se pode constituir uma maneira própria de se estabelecer dono da linguagem a qual, estando em posse do eu, pode também estar em posse do outro.

Cosson (2006) entende que isso acontece porque a literatura é global de conhecimentos no que se refere ao homem e ao mundo, porquanto “a literatura tem o poder de se metamorfosear em todas as formas discursivas” (p. 17). Assim sendo, a literatura contém



em si a expressão do mundo e daquilo que desejamos dele, ela é “uma experiência realizada”, pois nela podemos ser outros, conhecer outros, quebrar limites e ir à outros lugares e tempos através da leitura.

Com todos estes artifícios e lembrando que nosso contato com o texto literário ocorre principalmente na escola, Cosson argumenta que

É por possuir essa função maior de tornar o mundo compreensível transformando sua materialidade em palavras de cores, odores, saberes e formas intensamente humanas que a literatura tem e precisa manter um lugar espacial nas escolas. Todavia, para que a literatura cumpra seu papel humanizador, precisamos mudar os rumos de sua escolarização [...]. (p. 17)

A literatura é vista por Cosson como mais que saberes a serem revistos, porque nós incorporamos o outro sem abnegar a nossa identidade, o que nos torna mais humanos.

Para defender a literatura como humanizadora, Candido (1995) sustenta a tese de que a literatura é qualquer criação de caráter ficcional, dramático ou poético, em todas as sociedades e culturas. Não há quem possa viver sem nenhum contato com alguma fabulação: “Ora, se ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, a literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constituiu um direito” (p. 242). Assim sendo, a literatura é um bem incompressível, confirmando o homem na sua humanidade, até porque o homem necessita dela como universo de ficção e poesia no qual mergulha todos os dias.

Candido (1995) diz que a literatura é um poderoso recurso para educação e é vista como instrumento intelectual, considerando que ela “[...] confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (p. 243).

O escritor nos relata uma interessante pesquisa realizada por Mário de Andrade, em chefia do Departamento de Cultura de São Paulo, de 1935 a 1938. O escritor entendia que as



criações populares tinham as eruditas como fonte, e a arte, no geral, vinha do povo. Esta correlação entre os níveis culturais mostram claramente que a grande barreira que separa essas culturas implicam a ausência de oportunidade de acesso de uma cultura a outra.

O Fausto, o Dom Quixote, Os Lusíadas, Machado de Assis podem ser fruídos em todos os níveis e seriam fatores inestimáveis de afinamento pessoal, se a nossa sociedade iníqua não segregasse as camadas, impedindo a difusão dos produtos culturais eruditos e confinando o povo a apenas uma parte da cultura, a chamada popular. [...] Neste contexto, é revoltante o preconceito segundo o qual as minorias que podem participar das formas requintadas de cultura são capazes de apreciá-las – que não é verdade. [...] o que há mesmo é espoliação, privação de bens espirituais que fazem falta e deveriam estar ao alcance como direito. (p. 262)

A literatura então, defendida como direito humano, para circular sem barreiras, ainda depende dos vergonhosos fatores de divisão social que julgam como bens incompressíveis à classe mais baixa apenas aquilo de menor porte, privando-a de conhecer ou participar, por exemplo, das manifestações culturais da classe privilegiada.

O autor insiste em afirmar que os direitos humanos devem ser buscados num determinado patamar em que todos tenham acesso às diversas culturas. Logo, não deve haver uma separação entre cultura popular e cultura erudita como se uma fosse independente da outra e as esferas culturais incomunicáveis. Levando isso em consideração, ele termina por dizer que uma sociedade justa implica a importância dos direitos humanos, bem como a fruição da arte e da literatura em todos os níveis e camadas sociais como um direito inalienável.

Com estas considerações, é importante que pensemos no processo de formação leitora numa perspectiva de acesso. Será que a escola dispõe o acesso à literatura ou permanece por segregá-la?

Zilberman (1988) expõe que é função da escola ultrapassar o uso escolar apenas como transmissão do saber como herança. A escola precisa converter o indivíduo num leitor,

sendo o texto o intermédio entre o sujeito e o mundo e sendo a leitura uma vivência da realidade. Contudo, ensinar a ler e a escrever faz com que os indivíduos assimilem valores sociais instituídos pela sociedade burguesa e, por isso, é preciso refletir sobre o caráter social da leitura “[...] uma vez que abriga [...] contradições interiores, responsáveis primeiras pelas dificuldades da implantação de uma política continuada visando à sua difusão e democratização” (p. 19). É possível presumir, então, que o pensar acerca da formação do leitor faz emergir controvérsias da sociedade que se incutem em sua base.

Tornando o indivíduo um leitor, ele atuará ativamente e politicamente numa sociedade democrática. Todavia, o processo de alfabetização de toda a população depende da ampliação das escolas gratuitas e de qualidade e estes aspectos, por sua vez, procedem da reorganização do aparelho estatal. O que nos permite entender que a política pedagógica se relaciona diretamente com a pedagogia política a partir da relação estabelecida com o livro.

Falando nestas relações com o livro, a autora cita a questão da popularização da leitura, inclusive nas camadas com baixo poder aquisitivo, o que exige uma literatura popular. Esta literatura foi difundida, mas não muito valorizada pela falta de poder político. Porém, sobreviveu por ser alvo de fixação pela escrita. Em tais condições, a leitura se firmou enquanto prática social, mesmo que a cultura impressa tenha feito a literatura popular regredir.

A popularização, pois, tornou-se proliferação, o que é popular passa a ser apenas temática de texto, o que significa afirmar o aspecto voluntário assumido pela literatura popular e esta se dirige “[...] à formação de uma consciência crítica ou, sob outra formulação, ao desenvolvimento de uma consciência reflexiva de cunho intelectual” (ZILBERMAN, 1988, p. 32). Logo, percebemos que tornar a leitura algo verdadeiramente popular não se separa da capacidade de reprodução da literatura, mesmo que em tais condições o texto não seja libertário.

Zilberman (1988), ainda diz que a sociedade contemporânea, desde o século XVIII,



está marcada pela ênfase na leitura e pela consolidação de um público leitor. A promoção da leitura se deu pela escolarização das massas urbanas e operárias por causa da horizontalização da escrita preparando o trabalhador de fábricas; pela introdução do trabalhador, através da leitura e escrita, numa realidade mediada por signos abstratos; e pela habilitação do trabalhador para obedecer às instruções. Por isso, o livro passou a ser visto como recurso para a propagação do saber.

Dentro destas discussões, devemos considerar como a escola trabalha a literatura: se a utiliza como fonte de ampliação de visão de mundo, sendo um poderoso recurso para a formação do cidadão leitor. É o que discutiremos a seguir.

O ensino de literatura nas escolas

A relação entre literatura e escola é bastante antiga quando encontramos nas tragédias gregas e na poética horaciana a finalidade de educar social e moralmente o povo, de ser instrumento não só de educação como também de prazer, e essa relação não foi e não é pacífica. Do mesmo modo, hoje a literatura resume-se, quase sempre, ao exercício de ensinar a ler e a escrever e de tornar culto o indivíduo.

Na escola, geralmente, os textos literários são introduzidos na sala de aula para tornar as aulas menos cansativas e monótonas, porém precisam ser curtos, contemporâneos e “divertidos” e, acima de tudo, atender as expectativas do sistema escolar em primeiro lugar, as do professor em seguida e só depois as do aluno.

No que diz respeito ao ensino médio,

O ensino da literatura limita-se à literatura brasileira, ou melhor, à história da literatura brasileira, usualmente na sua forma mais indigente, quase como apenas uma cronologia literária, em uma sucessão dicotômica entre estilos de época, cânone e dados biográficos dos autores, acompanhada de rasgos teóricos sobre gêneros, formas fixas e alguma coisa de retórica em uma perspectiva para lá de tradicional. Os textos literários, quando comparecem,



são fragmentos e servem prioritariamente para comprovar as características dos períodos literários [...] (COSSON, 2006, p. 21).

As aulas no Ensino Médio são basicamente informativas, não há a leitura da literatura, mas não faltam datas, dados biográficos sobre autores, características dos estilos e das obras para serem decoradas.

Em suma, o que acontece tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio é a falência da literatura, pois “seja em nome da ordem, da liberdade ou do prazer, o certo é que a literatura não está sendo ensinada para garantir a função essencial de construir e reconstruir a palavra que nos humaniza. Em primeiro lugar porque falta um objeto próprio de ensino” (COSSON, 2006, p. 23).

Com o predomínio do ensino da literatura pautado em historiografia e com o livro didático como recurso principal, a voz do aluno é calada na hora da recepção do texto uma vez que este ensino privilegia datas, biografias, resumos, interpretações fechadas pelas fichas, roteiros e exercícios trazidos pelos manuais didáticos ou na própria leitura do professor.

Em vez de valorizar periodização como centro do ensino de literatura nas escolas, estas devem olhar para o aluno/leitor lhe possibilitando entender que, ao entrar em contato com o mundo heterogêneo da leitura, a significação de um texto não está estanque nele mesmo, mas depende da interação/diálogo que ele (aluno) trava com o texto.

Falta ao docente adepto das práticas que privilegiam o ensino historiográfico da literatura entender que é preciso levar o aluno a uma experiência compartilhada de leitura, bem mais do que mero “conhecimento literário”. E falta, também, aos docentes que acreditam que a leitura, seja ela de qualquer texto, vale por tudo e ponto final, a percepção de que a experiência da leitura deve romper fronteiras e buscar informações específicas dentro e fora do conhecimento literário. Em todo caso, é necessário que se coloque o texto como centro nas práticas escolares levando os alunos à leitura prazerosa deste, “mas com o compromisso de conhecimento que todo saber exige” (COSSON, 2006, p. 23).



Na visão de Cosson (2006), não se pode admitir a leitura literária como simples atividade escolar. A leitura é um processo mais amplo, não se resume apenas a decodificar o que está escrito, ela envolve a capacidade simbólica que o homem tem de interagir com o outro e com o mundo através da mediação da palavra. Novamente fazendo uso das palavras desse autor, “ler implica troca de sentidos não só entre o escritor e o leitor, mas também com a sociedade onde ambos estão localizados, pois os sentidos são resultados de compartilhamentos de visões do mundo entre os homens no tempo e no espaço” (2006, p. 27).

De modo geral, é preciso fazer uma ponte entre o ensino da literatura e a leitura da literatura para um maior aproveitamento do texto literário no contexto escolar, já que a literatura sofre um processo de escolarização inadequada transformando-a, quase sempre, em simulacro.

Partindo destas discussões, somos levados a uma interrogação: por que o ensino de literatura tem se pautado em séries literárias, valorizando a história e os aspectos que caracterizam um estilo de época? Questões como esta, levam-nos a pensar em como literatura se constituiu uma disciplina na escola. Passemos a esta discussão.

A Literatura constituída como disciplina escolar

Souza (1999) analisa o objetivo do ensino de literatura em uma concepção de formação de molde humanista e traça um perfil do ensino que perdurou no Brasil na época colonial, na qual predominava uma educação cujos destaques eram o latim e sua literatura, e gramática e retórica portuguesas.

Oliveira (1999), porém, afiança que a projeção para se constituir uma identidade nacional no século XIX consagraram uma era de estabilização da história da literatura predominante sobre a retórica. Por isso, enfatiza Lajolo (1995), começa neste mesmo período um estudo mais focado na literatura nacional que associou a história literária ao Estado



moderno.

Este vínculo se faz através de instituições onde foi inculcida a história literária, como o Instituto Histórico e Geográfico (fundado em 1838), a Academia Brasileira de Letras (fundada em 1897) e o Colégio Imperial de Pedro II (fundado em 1837). Esta ligação justifica os inúmeros projetos da história literária e a firmação dessas instituições culturais.

O ensino de literatura foi instituído no currículo nas cadeiras de Retórica e Poética, nesta, com o uso do texto literário, buscavam formar patriótica e moralmente os alunos por meio da literatura nacional; naquela, a utilização do texto literário era exemplo de bem-falar e bem-escrever.

Lajolo (1995) ainda afirma que a história da literatura se instaura definitivamente na escola por causa das edições de manuais didáticos escolares, tais como o *Curso de Literatura Nacional* (1862), do Cônego Fernandes Pinheiro, professor de retórica e poética no Colégio Pedro II desde 1857.

Deste período em diante, acrescenta a autora, a construção de uma história literária específica se inicia com a pretensão de situar um caráter nacional da literatura brasileira partindo da definição dos clássicos. Inserida neste quadro, a literatura passa a integrar manuais de retórica e poética e, com intuito de formar uma cultura nacional, ela passa também a constar das gramáticas de língua portuguesa através de fragmentos-modelos dos clássicos nacionais. Este viés historicista terminaria por tomar o lugar da vertente retóricopoética.

A exemplo disso, *História da Literatura Brasileira* (1888) é outro modelo citado por Lajolo, um manual que modela um panorama histórico e situa períodos literários brasileiros, recomendado para o sexto ano do Colégio Dom Pedro II, em 1892, e adaptado para o curso secundário com o título *Compêndio da História da Literatura Brasileira*, em 1906.

A mesma autora entende que as histórias literárias, a partir deste momento, especializaram-se e uma alteração marca essas obras, tal qual a *História da Literatura Brasileira* (1950) de Lúcia Miguel Pereira e a *Formação da Literatura Brasileira: momentos*



decisivos (1959), de Antônio Candido. *História Concisa da Literatura Brasileira* (1970), de Alfredo Bosi é de grande referência nos cursos de Letras. Obras como essas, tendo presença marcante nas faculdades de Letras, segundo Oliveira (1999), explicam o porquê do ensino de literatura ter sua seleção de conteúdos baseada em historicidade.

Faria (2009), ao acompanhar o percurso da disciplina acadêmica História da Literatura, traça um paralelo com a Literatura, disciplina escolar, e aponta que a associação entre história e escola configura a disciplina escolar.

A pesquisadora diz que a disciplina Literatura oscila no currículo como disciplina autônoma, desaparece na segunda metade do século XIX, e depois aparece, em torno de 1925. No século XX, o estudo da Literatura caminhou por via historicista, durante os anos de 1926 à 1934, e, neste ano, uma vez criada a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, ainda se percebia uma direção temporal predominante nos estudos até os anos de 1962.

Faria (2009) ainda acrescenta que, posterior a esta década, quando constituído o currículo do curso de Letras, a disciplina Teoria da Literatura era de ordem facultativa e foi relativizada pela presença tônica nos currículos. No entanto, por ser uma disciplina cursada sempre no início da graduação, imputa-lhe um perfil de preparação para estudar a Literatura.

Ela ainda diz que as interpretações canônicas enraizadas na crítica saem das universidades, se fixam no interior das escolas e tomam o lugar da leitura do texto literário. A deficiência nesta área eleva a interpretação canônica e evita uma prática de leitura que intervenha e/ou proteste o cânone.

A Literatura Brasileira hoje em dia se constitui na escola como parte da disciplina de Língua Portuguesa, exceto em instituições privadas que dividem a disciplina em Gramática, Literatura e Redação e, com isso, acabam por abrir mais espaço à historicidade da literatura, conforme o que discutimos no ponto anterior.

Todas estas questões não se voltam necessariamente em problematizar literatura e crítica canônicas, mas aos modelos de ensino que reproduzem e cristalizam esses princípios,



teorias e práticas. E, de acordo com isso, o ensino de literatura tende a um modelo que se tonifica há muitos anos, voltado aos petrificados períodos da literatura.

Esta configuração que a disciplina Literatura constitui nas escolas é delicada. Se em vez de ter o texto literário como objeto de ensino, a historiografia for o intuito, não teremos, na escola, um leitor por direito, que se aproprie do texto e através da leitura seja transformado, tenhas seus conhecimentos ampliados e acrescida a sua capacidade de enfrentar dialeticamente problemas.

O viés da periodização, como meta, pode comprometer a apropriação do texto literário pelo leitor como fruição, fabulação, necessidade de ficção, desenvolvimento de criticidade e de consciência de atuação na sociedade em que vive e se organiza como sujeito.

Há, logo, a necessidade de repensarmos, como educadores da área de Literatura, os caminhos de seu ensino na Educação Básica e nos objetivos da escola de formar cidadãos leitores participativos de uma sociedade democrática. Devemos lembrar que nossos leitores em formação precisam do acesso aos textos que estão segregados e que não circulam em todas as esferas sociais. A historiografia literária pode não ser o caminho para esse acesso, bem como para a humanização através da literatura.

CONCLUSÃO

Após a exposição das nossas discussões, temos algumas considerações a fazer que nos levam a breves reflexões.

A literatura nos coloca em relação com o mundo, ajuda-nos a compreendê-lo, a intensificar nossa capacidade de reflexão e, por isso, de criticidade. Essas contribuições podem chegar a qualquer indivíduo por meio da leitura, da apropriação do texto literário. Entretanto, nossa sociedade estratificada estende tal divisão, também, até a Literatura, quando impede a propagação de produtos culturais eruditos e faz distinção entre as culturas das classes abastadas e a cultura popular.



Nesse contexto, a escola, cujo intuito é formar leitores, deve preencher essa lacuna fixada pelas diferenças entre as camadas sociais e promover o acesso, na tentativa não apenas de disponibilizá-lo, mas de possibilitar a constituição de um leitor em crescimento em diversos aspectos da vida social e pessoal. Todavia, o espaço da literatura nas escolas tem se resumido à historiografia literária e isso pode trazer uma perspectiva de ensino em que o texto não seja seu objeto, mas a própria seriação literária de veia histórica.

Esta relação literatura/história está presente nas escolas desde a constituição da Literatura como disciplina, pois foi “imaginada” para trazer e confirmar nacionalidade na educação de brasileiros.

Por isso, o ensino de literatura hoje traz resquícios da constituição da Literatura como disciplina, tanto na escola básica como nos cursos de Letras, os quais formam profissionais que talvez acabem reproduzindo os conhecimentos acadêmicos, perdurando a veia historicista na educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, A. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

COSSON, R. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2006.

FARIA, V. F. S. O ensino de literatura e a formação do leitor literário: entre saberes, trajetórias de uma disciplina e suas relações com os documentos oficiais. In: **Revista Iberoamericana de Educación**. n ° 49/7 – 25 d e junio de 2009. Disponível em <http://www.rieoei.org/deloslectores/2801Faria.pdf> > acesso em 30 de junho de 2015.

LAJOLO, M.: Literatura e história da literatura: senhoras muito intrigantes. In: MALLARD, L. (org.): **História da Literatura**. Ensaios. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

OLIVEIRA, L. E. M. **A historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino do inglês no Brasil (1809-1951)**. Tese Doutorado em Teoria Literária – IEL, UNICAMP, Campinas-SP, 1999.



SOUZA, R. A. **O império da eloquência**: retórica e poética no Brasil Oitocentista. Rio de Janeiro: Eduerj/Eduff, 1999.

ZILBERMAN, R. **A leitura e o ensino da Literatura**. São Paulo: Contexto, 1988.